
A SITUAÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA.

(Implicações na problemática da Segurança e Defesa)

Conferência incluída no Programa do Curso de Defesa Nacional (CDN96), proferida pelo autor no Instituto da Defesa Nacional, no Porto e em Lisboa, respectivamente, em 9 e 12 de Fevereiro de 1996.

Sumário:

- Prólogo;
- O Novo Ordenamento Internacional;
- Implicações na América Latina e, particularmente, no Brasil;
- A Estratégia de Segurança da América Latina e, particularmente, do Brasil;
- Considerações Finais do Caso Brasileiro.

A SITUAÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

(Implicações na Problemática da Segurança e Defesa)

PRÓLOGO

«Deus quis que a terra fosse toda una, que o mar unisse, já não separasse».

*Fernando Pessoa
o Infante*

Em 1560, o jesuíta Rui Pereota escreveu as seguintes palavras, em carta endereçada aos seus companheiros ficados em Portugal: «E por amor de Jesus Christo lhes peço que percam a má idéia que até aqui tinham do Brasil, porque lhes fallo verdade, que se houvesse paraizo na terra, eu diria que agora havia no Brasil. E se eu isto sinto, não sei quem não o sentirá, porque se olharmos ao espiritual e serviço Deos, vai deste modo que lhes digo; e se acaso olharmos para o corporal, não há mais que pedir, porque melancolia não há tem cá, senão quem a quizer cavar e a descobrir de mais alto, que foi o paço São Roque; saúde não há mais no mundo, os refrescos, terra alegre, não se viu outra, os mantimentos eu os tenho por melhores que os de lá, ao menos para mim, é verdade que nenhuma lembrança tenho deles para os desejar. Se em Portugal há galinhas, cá as há muitas e mui baratas; se tem carneiros cá há tantos animaes que caçam nos matos, e de tão boa carne que me rio muito de Portugal em essa parte. Se tem vinho, há tantas águas que os olhos vistos me acho melhor com ellas, que com vinhos de lá; se tem pão, cá o tive por vezes o fresco, e como antes dos mantimentos da terra que dele. E está claro ser mais sã a farinha da terra, que o pão de lá; pois as frutas coma quem quizer as de lá, das quaes cá temos muitas, que só com as de cá me quero. E além disso há essas cousas em tanta abundância, que além de se darem todo o ano dão-se tão facilmente e sem as plantarem, o que não há pobre que não seja farto com mui pouco trabalho; pois se falarem nas recreações, e comparando as de cá com as de lá, não se podem comparar. Estas deixo eu para os que cá as quizerem ver

e experimentar; finalmente quanto ao de dentro e de fora, não se pode viver senão no Brasil, quem quizer viver no paraíso terreal, ao menos eu sou desta opinião. E quem não me quizer crer, venha experimentar. Dir-me-me-ão que vida pode ter um homem dormindo em uma rede pendurada no ar? Porém é isto cá tão grande cousa que tendo eu cama de colchões e aconselhando-me o médico que dormisse em rede, achei tal, que nunca mais pude ver cama, nem descansar noite que nela dormisse, em comparação do descanso que nas redes acho.»

Nesta missiva do padre Pereota, redigida no sempre vívido e delicioso português quinhentista, encontramos, para além da ânsia de metais preciosos que guiou tantas mentes no período das descobertas, um Brasil mostrado como terra fértil, fácil e feliz. Éden concreto e cartografável, utopia enfim identificada praia reluzente alcançada pela proa lusitana. E assim, de Caminha a Pereota, passando pela pluma de outros escribas, somos levados a uma história dos trópicos, actualmente brasileiros, em seus ricos e meândricos movimentos, que pode começar a ser recontada tanto do ponto de vista da proa quanto do ponto de vista da praia.

Do ponto de vista da proa, é o mundo desenvolvido de hoje, vendo-nos de uma maneira contraditória, onde a realidade é embotada pela ótica dos interesses comerciais, das fontes prodigiosas dos recursos naturais, dos propósitos religiosos e das configurações utópicas.

Do ponto de vista da praia – a nossa ótica, observâmo-la com o espírito que os lusos nos legaram, *a grande atracção pelo futuro e o inconformismo com o mundo.*

«Se a alguém competia fazer-se ao mar para levar a boa nova ao infiel, esse alguém era evidentemente o português».(¹) Se Portugal se insubordinou com o mundo quinhentista, seus herdeiros é que se insubordinam com o mundo de hoje. Aceitar a atual conjuntura, renunciar a futuro melhor é aceitar a condição de nação de segunda classe, dentro de um sistema colonial apenas um pouco mais subtil do que prevaleceu no século passado e que se não enfrentado, tornará perene a atual distribuição da riqueza mundial, injusta e, para nós brasileiros, *inaceitável.*

(¹) Agostinho da Silva – Formação do Estado Português.

1. O NOVO ORDENAMENTO INTERNACIONAL

«Quem anda descalço não deve plantar espinhos»
GEORGE HERBERT.

O desmoronamento do bloco soviético, no início desta década, possibilitou uma nova situação internacional, que tem sido denominada de «Pax Americana» por alguns cientistas políticos, a qual poderá durar muito tempo, em razão de que países com liderança na Economia Mundial, como o Japão e a Alemanha, estejam ainda contidos em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A Rússia, líder da Federação, passa por uma fase de transformações e vulnerabilidades que a obriga voltar-se para seus interesses internos; e a União Europeia que procura ultimar uma integração econômica, ainda está distante de uma união militar, a despeito do Eurocorp, para fim de atuação externa em nível mundial ou mesmo regional.

Esta atual situação, denominada de «Nova Ordem Mundial» que tem gerado condições favoráveis ao surgimento de um novo conceito, no âmbito do Direito Internacional, conhecido como «Dever de Ingerência», que avaliza a interferência de organismos internacionais em problemas internos de países, ditos, de Terceiro Mundo, que desaparecendo com o desmembramento dos 1.º e 2.º Mundos, retornam a categoria de fímbria, como na qualificação de Spikman. Interferência em nome de termos voltados para a proteção do patrimônio e da sobrevivência da espécie humana – tais como, ecologia, nações indígenas, direitos humanos, minorias étnicas e religiosas, tecnologias sensíveis, narcotráfico e terrorismo internacional; na realidade uma nova estratégia de dominação e uma nova visão de colonialismo – visão neocolonialista.

A forma usual para a solução de tais questões, invariavelmente, tem sido a intervenção armada nas áreas consideradas afetadas, respaldadas por maciças campanhas na mídia mundial e amparado na ressonância de uma intensa participação das Organizações não Governamentais (ONG's).

O BRASIL, por sua capacidade e potencialidade, como um ator «multiplovetor» na cena ibero-americana; (justificamos o termo Ibero-América para mostrar que o continente é maciçamente de colonização luso-espanhola) insere-se nessa conjuntura do mundo, como uma daquelas «nações perturbadoras», de 2.º nível, aos interesses dos grandes Centros de Poder, dos Estados Diretores do 1.º nível. Além do acurado acompanhamento das estratégias dessas «nações produtoras» e seus reflexos nas relações internacionais, tal situação exige do Brasil uma adequação no arranjo das expressões do seu Poder

Nacional, a fim de salvaguardar os interesses vitais da Nação, assegurar a integridade e a soberania, a lei e a ordem, bem como respaldar as decisões soberanas da Nação Brasileira, no que tange às relações internacionais com todos os países e organismos, sejam Estados desenvolvidos ou não, sejam próximos ou distantes, e de qualquer hemisfério ou ponto cardeal.

No caso brasileiro, não se pode prever, na actualidade, uma ameaça militar direta e claramente caracterizada. Existem, na realidade, pressões internacionais que se caracterizam através de acções predominantemente económicas, políticas e psicossociais envolvendo a defesa dos ecossistemas, a problemática indígena, o controle das florestas e reservas hídricas, direitos humanos e os indefinidos delitos contra a humanidade.

Se falta a consciência da sociedade sobre a segurança e defesa nacionais, se falta a própria fundamentação legal, do mais alto nível, que norteie uma Concepção Estratégica Nacional, para o ordenamento doutrinário das Forças Armadas, felizmente, e elas não faltam o senso patriótico de suas missões constitucionais, que leva cada Força Singular a organizar-se e preparar-se, a despeito dos escassos recursos disponíveis, de modo a empreenderem o desenvolvimento de programas e projetos científicos e tecnológicos para uma capacitação que, no âmbito geoestratégico, tradicionalmente tem sido capaz de auxiliar o progresso do País, de ir conquistando novos parceiros nas relações comerciais, realizando pesquisas e produzindo produtos avançados no campo industrial e aeroespacial, de modo a conferir ao Brasil um razoável patamar de força dissuasória no cenário sul-americano e dar respaldo às suas relações diplomáticas de um modo geral.

No âmbito geopolítico as nossas diretrizes continentais abrangem a América do Norte, o Caribe e, notadamente, a América do Sul, onde ocupamos 47,7% do total territorial o que nos leva a ter interesses na Amazônia, Prata, Pacífico, Atlântico Sul e Antártica, onde já possuímos estações de pesquisas e meteorológicas.

O Brasil procura avançar rumo a seu destino manifesto de uma grande Nação e por isso há de incluir na sua Estratégia Geral, uma Estratégia Militar consentânea com essa aspiração, que necessariamente passa pelo fortalecimento estrutural de nossas Forças Armadas, aportando-lhe os recursos orçamentários indispensáveis e exigindo-lhe em contrapartida a capacidade o pronto-emprego, de modo que, a qualquer momento, estejam prontas a respaldar o Desenvolvimento Nacional, assegurar desde já a consecução dos Objectivos Nacionais e a garantir, para amanhã, a preservação de nossos espaços, antes que os donos dos centros de poder mundial tracem para eles um destino diferente.

2. IMPLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E, PARTICULARMENTE, NO BRASIL

«Os lobos mudam seu pelo, mas não o seu coração».
BEN JOHNSON.

Há uma razão para nos parecer mais simpática a expressão América Ibérica. O termo «Latina» foi criado pela França quando Napoleão III quis implantar no México uma *monarquia católica latina* para fazer frente aos Estados Unidos da América (EUA), uma *república protestante anglo-saxônica*, refletindo, pois, a rivalidade existente na época entre França e Inglaterra. Tal área recebeu nos últimos anos, um longo afluxo de capitais, capitais esses, entretanto, em sua maior parte atraídos pela grande diferença entre juros internos na região e os prevalentes no resto do mundo, capitais especulativos, de alta volatilidade. Juros altos têm sido utilizados como parte dos programas de ajuste das economias da região, afetadas por elevada inflação durante toda a década de 80 e primeiros anos de 90, inflação causada em grande parte pela crise da dívida externa. Após a eclosão da crise da dívida, a maioria dos países Ibero-americanos da região adotou programas de ajuste, recomendados pelo FMI, como parte essencial do processo de renegociação de suas dívidas, programas estes de elevado custo social, como indicado pelos índices de consumo *per capita*, desemprego, cortes orçamentários em dispêndios sociais e diminuição dos rendimentos do trabalho.

Considerada no seu todo, a Ibero-América teve saldo no seu balanço comercial até 1991, invertendo esta posição a partir de 92, principalmente em função dos programas de ajuste de Argentina e México. A região transfere significativos volumes de capital ao exterior sob a forma de pagamento de serviços e remunerações de capital externo ali investido, média de mais de 30 bilhões de dólares ao longo da década de 90, panorama que deve persistir. O saldo líquido das transações financeiras da Ibero-América com o exterior é, e tende a continuar, francamente negativo, atingindo, em 1992, cerca de 34 bilhões de dólares, segundo dados das Nações Unidas. A globalização dos mercados de mercadorias e capitais é fato incontestado, amparado na evolução dos transportes e das comunicações e no crescimento da importância das empresas transnacionais. Globalização e regionalização tendem, ambas, a enfraquecer fronteiras nacionais, e no bojo deste enfraquecimento assiste-se ao renascimento de antigas etnias cuja independência fora, desde há muito, sufocada.

Entre os interesses vitais dos EUA, é possível perceber seu intenso sentimento nacional, seu posicionamento hegemônico em relação às Américas, (desde 1823, com a Doutrina Monroe) e a ameaça sempre possível, de intervenção quando o acesso a recursos e mercados lhes seja negado, já que o mesmo considera as Américas sua área de influência direta, tanto ideológica, como patrimonial.

É longínqua a hipótese de conflito armado envolvendo os principais pólos de poder. A Bipolaridade do Eixo Leste/Oeste ou OTAN/Pacto de Varsóvia se desfez e com a «Nova Ordem Mundial», a fase de transição leva o Mundo à formação de eixos Norte/Sul em uma autêntica multilateralidade.

Os conflitos e disputas no campo econômico passarão a ser frequentes e cada vez mais vigorosos, tendo como pano de fundo o domínio das novas tecnologias e dos novos espaços emergentes, verdadeiro campo de batalha entre essas nações para a conquista de mercados.

Apesar das disputas entre si, o que se verifica na prática é que, isoladamente ou em conjunto, pela via de persuasão ou da coacção, os grandes centros de poder adotam princípios ou teses parecidas, coincidentes ou até mesmo iguais, visando a impor condições e regras para ditar comportamentos e atitudes aos mais fracos, colocando em risco a autodeterminação dos Estados-Nação, particularmente no mundo em desenvolvimento, pois o subdesenvolvido está sob controle dentro da nova visão do neo-colonialismo.

No contexto do mundo ocidental, é nítida a mudança de estratégia dos países centrais em relação à Ibero-América. Nos anos de 50 a 80, sob a égide da bipolaridade, o papel do Estado era favorecido, recomendava-se um Estado forte, capaz de se sobrepôr a eventuais demandas sociais e solidariedades trabalhistas internacionais que pudessem enfraquecer o confronto Leste/Oeste. Organismos Internacionais, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e mesmo FMI, prestigiavam os governos centrais. Havia uma não disfarçada tolerância para com os governos fortes, até mesmo ditatoriais, e não se tolerava qualquer ameaça a modificações no desenho geográfico do mundo ocidental – as fronteiras eram invioláveis. Na nova situação pós-guerra fria, a situação é radicalmente diferente e Estados fortes são antes uma ameaça do que uma necessidade para os países centrais.

No desenvolvimento de sua estratégia de domínio, os grandes centros de poder apelam para questões sensíveis e de alta relevância – ecologia, direitos humanos, direitos sociais, democracia, narcotráfico, armas químicas e nucleares, desarmamento, direitos dos povos indígenas – áreas consideradas como vitais e em alguns casos como patrimônio da humanidade. Colocam, através

deste artifício, nas pautas e tratados – geralmente discutidos em organismos internacionais ou multilaterais e que também estão sob seu domínio e controle – condições e regras favoráveis a seus interesses que interferem nos objectivos nacionais das nações mais débeis.

No actual cenário internacional, sente-se um aumento na pressão dos mais fortes sobre países em desenvolvimento, particularmente sobre aqueles classificados como «perturbadores» por apresentarem potencial latente e posicionamento geopolítico para se ombrear com os atuais Estados Diretores em futuro mais ou menos próximo. Tais pressões, embora dirigidas através de atitudes via Estado, desembocam irremediavelmente na sua estrutura global atingindo principalmente suas indústrias, empresas privadas e colocando uma cunha na busca do controle de suas principais instituições de serviços públicos. Atuam, também, no sentido de minimizar a participação de instituições que eventualmente poderão se antepor ou confrontar a esta pressão. Assim, surgem as ingerências no sentido de definir, de fora para dentro, novos papéis para as Forças Armadas e reduzir o papel das empresas públicas, estimulando os respectivos processos de privatizações.

Pressionam ainda mais, colocando barreiras na transferência, repasse ou acesso a tecnologias modernas, enfraquecendo a competitividade interna ou externa, inibindo desta forma o parque industrial e o sector comercial dos países em desenvolvimento no alcance e ocupação de espaços estratégicos ameaçadores aos seus interesses.

Em resumo, os seguintes aspectos caracterizam a actual situação mundial:

- existência de uma só superpotência militar;
- sobrevivência de uma formidável aliança militar desprovida de inimigos definidos;
- tendência à formação de «megabloco» econômicos e à decorrente competição entre eles como «Estados Diretores»;
- internacionalização de mercados, de mercadorias e serviços, inclusive capital;
- metamorfose política e econômica dos ex-países socialistas;
- latente conflito Norte/Sul, alimentado, entre outros fatores, pelo fato de o «Norte», com cerca de 20% da população mundial, deter em torno de 80% da riqueza circulante no planeta;
- perda do poder de barganha dos países periféricos;
- prevalência das relações de mercado em âmbito mundial, mas com os EUA não deixando de priorizar as situações que possibilitem ameaças à sua segurança;

- introdução, na agenda global, dos chamados «novos temas», como Direitos Humanos, Meio Ambiente e Narcotráfico, que criaram condições para os centros mundiais de poder adotarem novas atitudes nas relações internacionais em defesa de seus valores e interesses – soberania limitada, dever de ingerência, controle das tecnologias sensíveis.

Na atual conjuntura, os Centros de Poder, passaram a se considerar detentores do direito de orientar e conduzir, se necessário pela força, em nome de valores julgados pertencentes à humanidade, o destino de todas as nações. Tal atitude conduz em seu bojo, implicitamente, a imposição de uma estratificação das relações de poder, estabelecendo limitações ao desenvolvimento dos países periféricos.

Isto porque as ações desses países, para romperem a actual distribuição de poder, passam a se constituir numa ameaça de ruptura do *status quo* e, portanto, um risco à segurança dos detentores mundiais do poder. Assim, pretender uma capacidade de dissuasão própria para prover a defesa de seus interesses, tanto pela adoção de atitudes político-estratégicas independentes como pelo desenvolvimento de meios adequados para tal capacitação, é visto como ameaça aos interesses desses centros, mesmo no caso do Brasil, detentor de uma evolução histórico-cultural pacífica, com mais de cento e vinte anos sem litígios com seus vizinhos. Por isso mesmo «multiplovetor» e mentor de pactos regionais como os da Bacia do Prata, Amazônica e MERCOSUL o que o faz entrar na geopolítica dos Eixos Norte/Sul.

A tendência de criação de blocos comerciais é nítida, além da já consolidada União Europeia, são claras as estratégias estadunidense e japonesa neste sentido. São os Eixos Norte/Sul de Haushofer idealizados, ainda em 1937, que se tornam realidade, neste período transicional da multipolaridade.

A partir de 1993, a economia dos EUA iniciou um movimento de recuperação que adquiriu contornos nítidos em 1994, voltando aos níveis de crescimento tradicional, algo em torno de 3% ao ano. Na esteira deste crescimento, a Europa Ocidental, sob a égide da Alemanha, voltou também a apresentar um maior dinamismo econômico e há sinais da interrupção do ritmo de queda da economia japonesa.

Os EUA, a partir do NAFTA, pretendem a consolidação de um bloco interamericano, do Canadá à Patagônia, menos talvez pela dimensão atual dos mercados latinos e mais por razões estratégicas, segurança e acesso a matérias-primas, onde avultam as posições de México e Venezuela, detentores em conjunto de cerca de 11% das reservas mundiais de petróleo. Não menos

importante para a estratégia global estadunidense será evitar o fortalecimento de qualquer outro bloco continental que, ganhando expressão econômica, possa aspirar a um maior grau de independência em relação a Washington e, neste caso, o objectivo claro é evitar a nucleação de um tal bloco em torno do Brasil.

As condições geopolíticas do Brasil, sua indústria diversificada e sua condição de comerciante global são características que o levaram a recente formação de uma união aduaneira no âmbito do Cone Sul, o «MERCOSUL». A expressividade do fenómeno é que seus membros adoptam uma política comercial unificada em relação a terceiros, bem como regimes comuns para defesa contra práticas desleais de comércio e procedimentos aduaneiro. Outro traço positivo do MERCOSUL é sua natureza aberta e não excludente a outros países sul-americanos. Chile, Bolívia e demais países do Grupo Andino já iniciaram negociações para ingresso nessa união.

3. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA E, PARTICULARMENTE, DO BRASIL

«Um viajante inglês conta como acabou por ganhar a amizade de um TIGRE: acariciava com uma das mãos e mantinha um revólver carregado na outra»
STENDHAL.

Embora tudo indique que não haja fatores imediatos que requeiram um Sistema de Defesa Colectiva na Ibero-América, a actual integração que já se processa acelerada nas demais «Expressões do Poder Nacional – fruto dos diversos pactos regionais, levará, fatalmente, a esta complementaridade. Actualmente o intercâmbio de ideias e os estudos de Centros Estratégicos, oficiais e particulares, acerca das ações para realização do sistema é o primeiro passo para uma futura estratégia comum, bem como para ampliar o espírito de confiança que deverá reinar neste referido sistema. O TIAR não atende mais as especificações da actual conjuntura americana, tanto para a saxônica como a ibérica.

A estratégia militar brasileira vem sofrendo alterações ao longo de sua história. Na época do Brasil Colônia, as ameaças vinham do mar (invasões holandesas e francesas), por isso muitos Fortes foram construídos em pontos estratégicos da costa brasileira, dos quais alguns deles deram origem a grandes cidades brasileiras.

Assim, o povoamento brasileiro deu-se a partir do litoral para o interior, isso fez com que o nosso território apresente áreas densamente povoadas próximas à costa marítima e áreas de baixa densidade como é o caso da Região Amazônica, que hoje é uma área sensível à cobiça internacional.

Isto posto, verifica-se que a Estratégia Militar Brasileira atual contém determinados pressupostos que sobrelevam a soberania nacional. Ela procura:

- identificar as verdadeiras ameaças que afrontem o Brasil, considerando os fatos históricos, os fatores geográficos e as alterações políticas e econômicas do mundo atual;
- conceber uma Doutrina Militar Nacional, que integre e atenda as peculiaridades das Forças Armadas brasileiras, possibilitando o emprego dessas Forças, em diferentes áreas operacionais, na América do Sul;
- efetivar um sistema de comunicação e controle comum às três Forças;
- contribuir para a integração das áreas despovoadas do território brasileiro, colaborando no desenvolvimento econômico e na construção de vias de transporte;
- aumentar o número de Organizações Militares em áreas sensíveis à Defesa Nacional, de forma discreta e planejada, para possibilitar, caso seja necessário, futuros desdobramentos das Forças naquelas regiões;
- desenvolver a indústria bélica nacional, de maneira que possa atender as necessidades permanentes das Forças Militares e Auxiliares, sem o que teremos, num futuro próximo, uma capacidade logística militar comprometida;
- criar um Centro Integrado de Pesquisa Técnica e Operacional Militar subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas (similar brasileiro do Ministério da Defesa), para planejar, conceber e coordenar todos os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que as três Forças Singulares estão investindo (ex.: submarino nuclear, veículo lançador de satélites, guerra eletrônica etc);
- reaparelhar as Forças Armadas, no intuito de acompanhar o desenvolvimento tecnológico militar, o qual deve priorizar a capacitação da indústria bélica nacional;
- integrar o adiestramento e os exercícios operativos das três Forças Singulares;
- idealizar forças (tropas) de pronto-emprego integradas pelas Forças Singulares, para atender um aprestamento operativo em qualquer ponto do território brasileiro; e

- consciencializar a sociedade brasileira através da comunicação social e, mais importante, por meio de um sistema educacional de base, sobre a necessidade de defesa nacional e manutenção da soberania brasileira, face às futuras ingerências e especulações estrangeiras em território brasileiro.

Enfim, a exequibilidade de uma adequada estratégia militar passa necessariamente pela vontade nacional e pela capacidade de desenvolver e de integrar todas as expressões do Poder Nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CASO BRASILEIRO

«O descontentamento é o primeiro passo no processo de um indivíduo, bem como no de uma nação»
OSCAR WILDE.

Historicamente, o arranjo de equilíbrio entre as nações tem sido função de atores que, ao menos, por um determinado período detêm poder suficiente para manter em torno deles, outras nações que, de alguma forma, voluntária ou compulsoriamente, também se beneficiam desse arranjo, seja ativamente ganhando ou passivamente deixando de perder.

O mundo tem conhecido os mais diversos arranjos, desde a unipolaridade, a bipolaridade até a multipolaridade. Até 1990 os Estados Unidos da América e a União Soviética eram os dois polos de poder mundial, aos poucos, com integrantes do chamado G-7, que exclui Federação Russa, os EUA passaram a ditar os tons dos acontecimentos para o mundo.

De repente, o conhecimento ganha novas dimensões de poder, capaz de estabelecer novos valores paradigmáticos na cena internacional e uma onda de liberalismo tende a globalizar as relações dos interesses comerciais e culturais, a ponto de fazer ruirem estruturas ideológicas, econômicas e culturais, na qual a tecnologia se torna protagonista de uma nova forma de fazer as riquezas, de fazer as guerras e de conquistar poder.

Durante 50 anos a paz mundial se equilibrou na frieza de que uma guerra entre os poderosos do Leste e do Oeste poderia ocasionar a hecatombe global pela letalidade total das armas nucleares. Hoje, emergem novas potências econômicas e a sobrevivência das nações passa pela multipolarização em blocos de mercado, onde os ricos se interessam porque os pobres mudem de

situação: continuem pobres, mas não tão pobres que não possam consumir seus produtos e serviços, passando assim a desfrutar de alguma riqueza, mas não nem se tornem tão ricos a ponto de se tornarem seus competidores, seja em conhecimento tecnológico, seja na busca de espaços econômicos.

O Brasil, ao que tudo indica, parece perturbar essa nova ordem pelas suas potencialidades geopolíticas, pelas suas possibilidades regionais na América do Sul, na África Ocidental e no Atlântico Sul.

Partindo-se dos princípios constitucionais e de pressupostos de nossa ação política internacional de não fazer guerra de conquista, de solucionar questões pela via pacífica e de respeitar a autodeterminação dos povos; e ainda por estar satisfeito com suas fronteiras, por sua participação em convênios, acordos e tratados de cooperação e de comércio internacionais (MERCOSUL), não há ameaças de conflitos externos para o Brasil. Não há, portanto, inimigo ostensivamente oponente aos objectivos nacionais brasileiros. Mas o Brasil tem espaço amazônico, tem riquezas minerais inexploradas, tem matérias-primas básicas, tem capacidade produtiva de alimentos, tem um parque industrial emergente, tem extenso mar territorial, tem disparidades regionais e desigualdades sociais, na dimensão do tamanho de seu território, tudo quanto desperta velados interesses externos e potencializa tensões internas. Por isso o Brasil tem como base para a sua Estratégia de Segurança os seguintes princípios:

- I) *No quadro interamericano:* – estimulará a Política de soluções pacíficas dos conflitos e controvérsias;
 - sustentará o princípio de autodeterminação dos diferentes Estados e defenderá a manutenção do «status quo» quanto ao seu espaço territorial;
- II) *No quadro mundial e de segurança internacional:* – apoiará todos os movimentos de manutenção da paz, e, para isso, prestigiará a acção dos organismos internacionais, no que não interferir com a Soberania Nacional;
 - impedirá, a qualquer preço, a violação da integridade do patrimônio nacional;
 - participará de mecanismos de segurança colectiva, sem abdicar de acção independente;
- III) Só recorrerá ao conflito armado após esgotadas as possibilidades de solucionar, por negociações, arbitragem e outros meios pacíficos, os conflitos externos em que o país venha a envolver-se;

- IV) Cooperará, sempre, com a integração econômica, e política dos países ibero-americanos e, particularmente, com os componentes do MERCOSUL, como primeiro passo dessa integração.

Guarino Monteiro